

“Biografias Improváveis”: *muntu* a morte como reencontro com a vida¹

Maria Clara Anselmo²

Marialva Barbosa³

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Resumo

Este artigo investiga como os suicídios de pessoas escravizadas foram representados pela imprensa brasileira no século XIX, com base em registros publicados na *Gazeta de Notícias* e no *Jornal do Commercio*, entre 1850 e 1879, no Rio de Janeiro. A análise revela que, mesmo quando protagonizados por sujeitos oriundos de universos culturais distintos, esses atos foram interpretados sob a lente moralizante e patologizante do pensamento ocidental. Termos como “loucura”, “vadiagem” e “desespero” silenciaram outras possibilidades de compreensão. Em contraponto, propõe-se uma leitura ancorada em cosmopercepções africanas, sobretudo da tradição bantu, nas quais a morte pode significar continuidade, retorno à ancestralidade ou reintegração ao coletivo. Ao articular fontes históricas com filosofias afrodiaspóricas, esta pesquisa busca ampliar os horizontes de entendimento sobre o suicídio no contexto da escravidão, reconhecendo nesses atos uma dimensão simbólica e política de resistência.

Palavras-chave: história; suicídio; *muntu*; cosmograma bakongo; “biografias improváveis”.

Introdução

“O suicídio está sendo, ao que parece, a última solução para quem sofre qualquer contrariedade em sua vida. É triste ver como lavra este incêndio no seio da sociedade, que podemos considerar uma espécie de loucura contagiosa.”

O texto acima foi publicado no jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, em 1875⁴. Trata-se de apenas uma entre tantas publicações do século XIX que mencionam o crescimento dos casos de suicídio no Brasil. A epígrafe ilustra uma tendência de pensamento marcada pela lógica ocidental, que interpreta o suicídio como ato extremo de desespero, uma tentativa de fuga da dor. Sob esse viés, constroem-se justificativas sociais para esses atos, influenciando a forma como são noticiados, compreendidos e representados, inclusive nos mundos ficcionais dos folhetins, populares à época. Por meio desses recursos midiáticos, é possível observar diferentes nuances da representação do suicídio: mortes de europeus, brasileiros ou

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – 21ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação, 6º período do curso de Jornalismo da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, bolsista FAPERJ, E-mail: mariaclara.anselmo@discente.eco.ufrj.br

³ Orientadora do trabalho e professora Titular do Curso de Jornalismo da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: marialva153@gmail.com

⁴ Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?> Acesso em: 14 jun. 2025.

personagens fictícios geralmente são precedidas por tragédias como amores não correspondidos, guerras ou crises econômicas, reforçando a imagem da morte como desfecho.

Notamos que, mesmo partindo de origens e visões de mundo distintas, esses eventos também foram enquadrados sob o mesmo raciocínio eurocêntrico. Com a tentativa de associar suas mortes voluntárias a causas como castigos físicos, embriaguez ou perdas pessoais, ocultando outras possíveis interpretações. Assim, a ação de “retirar a própria vida” foi padronizada sob um olhar que desconsidera cosmologias africanas, nas quais a morte pode assumir significados radicalmente distintos. É neste contexto da expressividade do suicídio e da vigência de um sistema escravista que molda a realidade, que este artigo se faz relevante.

Se valendo de análises qualitativas, a pesquisa foi conduzida por meio de notícias publicadas em dois jornais da imprensa oitocentista brasileira: a *Gazeta de Notícias*, entre os anos de 1875 e 1879, e o *Jornal do Commercio*, entre 1850 e 1859. As edições foram selecionadas por mencionarem casos de suicídio envolvendo pessoas escravizadas no Rio de Janeiro, tendo no foco da análise, as narrativas, julgamentos morais e justificativas atribuídas às mortes. Em seguida, os dados foram confrontados com referências teóricas ligadas às cosmologias africanas, especialmente as de matriz bantu, com o objetivo de ampliar a compreensão dos sentidos atribuídos ao suicídio para além da visão ocidental dominante. Este artigo analisa como essas notícias foram retratadas e discute os limites de uma leitura exclusivamente ocidental sobre o suicídio, propondo uma reflexão a partir de outras formas de compreender a vida e a morte.

Periódicos oitocentistas e o suicídio como notícia

A escolha da *Gazeta de Notícias* e do *Jornal do Commercio* como fontes principais desta pesquisa se justifica pela recorrência com que ambos noticiaram casos de suicídio no século XIX. Esses jornais, amplamente difundidos na época, fornecem indícios relevantes sobre as formas como tais mortes eram interpretadas e representadas. A análise dos registros permitiu identificar padrões de julgamento moral e apagamento de outras cosmologias possíveis, como a africana. Como se verá a seguir, esses dados foram essenciais para discutir os limites de uma leitura ocidental sobre o suicídio e propor novos caminhos interpretativos.

Entre os anos de 1875 e 1879, foram registrados 44 suicídios ou tentativas na cidade do Rio de Janeiro, segundo levantamento feito na *Gazeta de Notícias*. Já o *Jornal do Commercio* noticiou 36 casos entre 1850 e 1859, incluindo suicídios consumados, tentativas e

suspeitas. Esses registros, que compõem o corpus desta análise, aparecem em diferentes seções dos periódicos, como a “Repartição de Polícia”, e variam quanto à riqueza de informações. Em 18 ocorrências listadas pela *Gazeta de Notícias*, por exemplo, limita-se o relato à expressão genérica “suicídio de um escravizado”, sem qualquer dado sobre os sujeitos. Já os demais 26 casos oferecem elementos mais concretos, como nomes, idades e circunstâncias das mortes, permitindo vislumbrar, mesmo que de modo limitado, a dinâmica dos episódios e o modo como foram retratados.

Entre esses registros, há casos marcantes, como o de um homem escravizado que tirou a própria vida junto aos dois filhos, ou o de outro que matou a esposa antes de se suicidar. Os relatos envolvem pretos livres, forros, pardos e pessoas ainda submetidas à escravidão, revelando que o suicídio se apresenta de forma multifacetada, mas quase sempre mediado por uma lente moralizante. Não são incomuns as notícias que incorporam adjetivos ou julgamentos, explicando os atos com categorias como “medo de ser vendido”, “receio por ser preto”, “monomania suicida”, “vadiagem”, “alcoolismo” ou a ideia de estar “fora das posses de suas faculdades mentais”. Encontram-se também expressões como “um fim terrível” ou “pôr um fim em sua existência”, o que revela o tipo de leitura que se fazia dessas mortes, atravessada por valores eurocentrados e por uma concepção ocidental do suicídio.

Em 11 dos 26 relatos com maior detalhamento, há exemplos claros de julgamento moral ou especulação sobre as causas do ato. Em certos casos, os senhores vinham a público para tentar desvincular a morte de qualquer responsabilidade relacionada à escravidão.

Um exemplo emblemático é o da edição nº 31 de 1877 da *Gazeta de Notícias*, que noticiou o suicídio da escravizada Miquelina acompanhado de uma declaração de seu senhor, A. Joaquim de Campos.

Essa escrava era estimada e jamais foi vítima de castigos. Desejando libertar-se, tinha já conseguido a aprovação necessária dos senhores [...] O ato desastrado e cruel que sobre si praticou parece antes consequência de uma inteligência desvairada e sem uso da razão. (*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano III - n. 31, 1 de fevereiro de 1877).

Esses discursos evidenciam que, mesmo diante da morte voluntária de sujeitos oriundos de universos culturais diversos, prevalece uma lógica interpretativa ocidental, que ressignifica os atos a partir de seus próprios valores e silencia outras cosmologias possíveis.

O agrupamento desses exemplos e a análise das formas como o tema foi tratado nos jornais permitem constatar que a morte voluntária, mesmo entre pessoas de culturas e raízes distintas das ocidentais, foi interpretada a partir de parâmetros eurocentrados. No entanto, esta

pesquisa propõe uma abordagem distinta, que desloca essa visão do centro. Trazer à luz os casos de suicídio de pessoas escravizadas abre espaço para debates ancorados em filosofias e modos de pensar oriundos da África, privilegiando a noção de “cosmopercepção” (Oyěwùmí, 2002). Ou seja, permite interpretações fundamentadas em saberes africanos, respeitando suas concepções de mundo. Afinal, não é possível compreender a morte de alguém sem, ao menos, considerar no que essa pessoa acreditava em vida.

Muntu: morte e vida

Desconstruir a ideia engessada sobre o suicídio começa pela análise do que significa ser humano a partir de concepções originárias africanas. O *muntu*, palavra de origem banto que significa “pessoa”, está centrado no ser coletivo, no ser comum, em contraste com a visão ocidental de um eu individualizado e autocentrado. Trata-se de um existir porque o outro existe, como bem aponta Marialva Barbosa:

O ser, portanto, é comunitário. É a comunidade que define a pessoa (*muntu*) como pessoa e não suas qualidades isoladas: vontade, memória, racionalidade. E só se torna pessoa depois de um longo percurso de incorporação de valores, práticas, visões de mundo, poderíamos dizer, no qual tem fundamental importância observar preceitos morais. Assim, uma criança e um jovem não são ainda pessoas. Para sê-lo é preciso atingir a maturidade ética. A comunidade tem, portanto, papel decisivo na construção da pessoa/comunidade completa (Barbosa, 2024, p. 35).

Assim, ser humano, segundo tal entendimento, não é uma condição automática, mas algo que se constrói no tempo, na convivência, no respeito aos preceitos morais e na integração com o grupo. Romper com essa teia de relações é romper com o próprio processo de existir. A violência da escravidão, portanto, não se restringia ao trabalho forçado, aos castigos e às condições subumanas às quais os escravizados eram submetidos, mas também residia no esvaziamento do sentido de ser. Afastados à força de suas raízes, de seus locais de origem e de sua identidade, os escravizados bantus eram retirados da sua condição basilar de ser humano. Nesse sentido, o suicídio não seria o fator determinante para o fim da vida, pois a vida já teria deixado de acontecer no momento em que se rompe abruptamente o processo de ser e estar. A morte acontece antes do suicídio.

Antes mesmo de alcançar análises mais profundas sobre a coletividade africana a partir da concepção de morte, já é possível perceber a valorização do senso comunitário nos hábitos e práticas que esses grupos preservaram ou passaram a adotar no Brasil. Mesmo diante da imposição de uma cultura dominante, elementos identitários resistem e se

manifestam, evidenciando a importância da vida em comunidade, da interdependência e da construção coletiva do existir. No livro *A morte é uma festa*, João José Reis analisa o papel das irmandades no Brasil do século XIX. Inicialmente organizadas em torno de uma devoção religiosa comum, essas irmandades transformaram-se em importantes estruturas de sociabilidade, reconhecimento e proteção. As irmandades formadas pelas pessoas negras subdividiam-se conforme suas etnias de origem, e essa distinção reafirmava a luta por manter modos próprios de vida. Com o tempo, no entanto, e diante das dificuldades para constituir laços familiares estáveis, esses agrupamentos passaram a se aproximar, o que resultou no surgimento da expressão “parente de nação”:

Aliás, a intensidade com que os escravos produziam parentescos simbólicos ou fictícios revela como era grande o impacto do cativo sobre homens e mulheres vindos de sociedades baseadas em estruturas de parentesco complexas, das quais o culto aos ancestrais era uma parte importantíssima. Já na travessia do Atlântico, a bordo de fétidos navios, morria a família africana e nasciam os primeiros laços da fictícia família escrava (Reis, 1991, p. 55).

Ou seja, mesmo que expressos de maneiras opostas, os dois momentos da história recuperam o valor do *muntu* africano. No primeiro contexto, observa-se a tentativa de zelar pelos ensinamentos recebidos dentro de suas particularidades originárias, buscando se reunir com aqueles que compartilham valores semelhantes. Contudo, diante das dificuldades em agrupar uma quantidade razoável de pessoas sob os critérios étnicos, e frente à necessidade de construir e consolidar um ciclo social que garantisse a partilha da vida, estabeleceram-se novos critérios de formação de vínculos. O essencial, afinal, era preservar aquilo que sustenta a existência coletiva. Formar parentescos simbólicos, criar laços e reconstruir o pertencimento era uma forma de garantir a continuidade do viver em comum.

Esse entendimento do que caracteriza a existência para os povos de matriz africana é chave fundamental para qualquer raciocínio desenvolvido neste trabalho. No entanto, para ampliar a reflexão sobre o suicídio e os efeitos concretos do ato reconhecido como “tirar a própria vida”, torna-se essencial considerar o papel da ancestralidade nesse contexto. Em *Através das águas: os bantu na formação do Brasil*, Vagner Gonçalves da Silva descreve a ancestralidade como um fluxo vital contínuo, composto por forças ativas que mantêm viva a coesão e a identidade da comunidade. Para ele, “a ancestralidade, anunciada nos saberes africanos e afrodiaspóricos é real e viva. [...] contribui para que os nossos antepassados e seus legados continuem sendo contemporâneos, atuantes, e possam ser reverenciados. [...] emerge como um contínuo, uma pujança vital” (p. 391).

Nesse sentido, a ancestralidade, portanto, não se apresenta como uma lembrança estática ou cristalizada no tempo, mas como uma presença viva, que atua no cotidiano dos que permanecem. Ela está profundamente vinculada ao modo de existir discutido ao longo desta pesquisa. O ancestral é aquele que abriu caminhos, que dedicou sua vida à construção e à preservação da coletividade. Sua relevância ultrapassa a reverência simbólica, pois ele continua integrando a memória viva da comunidade, participando da manutenção de valores e da continuidade do grupo.

Ao integrar essa vivência coletiva, o ancestral também é *muntu*, pois permanece em relação com os outros, sustentando a ideia de pessoa construída a partir do vínculo. Assim, a morte, sob essa perspectiva, não representa necessariamente um fim absoluto. Se o processo de escravização rompe os laços que constituem o indivíduo como ser, ao afastá-lo da comunidade e privá-lo do seu percurso ético de construção da pessoa, ancestralidade pode representar um caminho de reconexão com esse princípio de existência. Morrer, então, pode significar uma elevação à condição de ancestral, uma retomada da construção da pessoa e do contato com suas raízes. A morte torna-se, nesse sentido, continuidade e não ruptura. Ao morrer, o sujeito retorna à vida coletiva e à comunhão com o grupo. É nessa participação renovada que se assegura a permanência da existência, mesmo que pela via da morte.

Entender a visão africana sobre a ancestralidade e a morte é essencial para confrontar a concepção ocidental que historicamente associou a morte à ruptura, ao fracasso e ao fim absoluto. No pensamento moderno, consolidou-se uma lógica que dissocia radicalmente a vida da morte, esvaziando seus sentidos simbólicos e obscurecendo outras formas de compreendê-la. Como afirma Jean Baudrillard, “toda a nossa cultura não passa de um imenso esforço por dissociar a vida da morte, conjurar a ambivalência da morte em benefício exclusivo da reprodução da vida... abolir a morte é o nosso fantasma” (Baudrillard, 1996, p. 198). Essa dissociação impede o reconhecimento de cosmologias que compreendem a morte como continuidade, como é o caso do pensamento bantu, em que o ciclo da existência se prolonga no plano ancestral.

A lógica ocidental, marcada por uma racionalidade individualista, torna-se, portanto, um entrave para compreender de maneira mais ampla o suicídio entre pessoas escravizadas. Ao tornar a morte invisível ou indesejada, nega-se também a potência dos vínculos comunitários e espirituais que atravessam o morrer em outras tradições. Suprimir o lugar

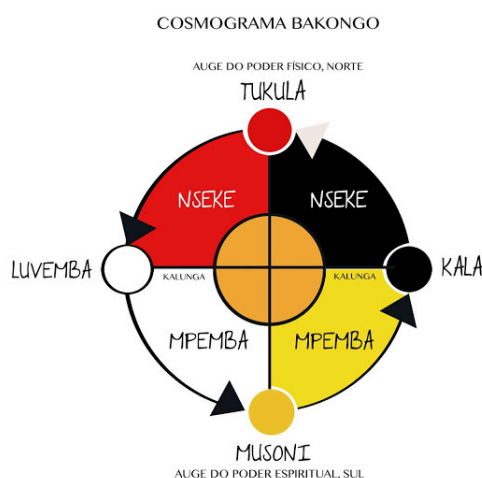
simbólico da morte significa romper o elo com a ancestralidade e com os modos de pertencimento coletivo que sustentam a própria noção de pessoa nas cosmologias africanas.

Nesse horizonte, considerar o contexto da escravidão no Brasil torna-se indispensável. Enquanto país que mais recebeu pessoas escravizadas no mundo, o Brasil foi palco de uma violência atroz, marcada por castigos físicos desumanos e rompimentos profundos. Diante dessa realidade, não se pode ignorar a possibilidade de que, em certos casos, o suicídio tenha surgido como uma forma objetiva de interromper o ciclo brutal da exploração. No entanto, restringir essa leitura à lógica ocidental da dor e da fuga é reduzir a complexidade dos significados que esse ato pode ter assumido. Ao abrir espaço para cosmologias de matriz africana, especialmente aquelas que reconhecem a morte como um elo com o coletivo e o sagrado, é possível olhar para essa cicatriz histórica por outras lentes e, assim, nos aproximarmos de um Brasil mais profundo, que resiste em permanecer invisível. Por isso, recorrer ao pensamento bantu e à sua concepção de morte é essencial para romper com as leituras ocidentais que insistem em tratar vida e morte como esferas opostas.

Cosmograma bakongo: o ciclo e o fluxo na Kalunga

A cultura bantu oferece uma chave simbólica e filosófica valiosa: o cosmograma bakongo. Esse símbolo representa as quatro etapas da existência humana, concepção, nascimento, desenvolvimento e morte, dispostas em um círculo cortado por uma linha horizontal e outra vertical. A parte superior do círculo corresponde ao mundo dos vivos, enquanto a parte inferior representa o mundo dos ancestrais. Sua forma circular revela que a existência é contínua, sem início absoluto nem fim definitivo. Nesse modelo, vida e morte não se anulam, mas se complementam como partes de um mesmo processo. Essa visão permanece viva e ressoa ainda hoje, como exemplifica a Estação Primeira de Mangueira na sinopse de seu enredo para o carnaval de 2025, ao afirmar: “vida e morte fazem parte do mesmo ciclo; não se anulam, complementam-se”.

Figura 1 – Os quatro ciclos do Dikenga (Cosmograma bakongo)



Fonte: Terreiro de Griôs⁵.

A incorporação do ciclo vital bantu à análise do suicídio no contexto da escravidão contribui para fortalecer a hipótese de que, ao serem impedidas de seguir o curso natural da vida dentro de suas comunidades, algumas pessoas escravizadas podem ter percebido a morte não como fim, mas como um caminho de retorno às suas origens. Mesmo quando essa morte é considerada "não natural", ela pode ser compreendida, à luz da cosmologia bakongo, como um gesto de retomada do fluxo vital interrompido. Em sua tese de doutorado, Tiganá Santana afirma que “para um *muntu* africano, os mortos não estão mortos: eles são apenas seres vivendo além da muralha, esperando pelo seu provável retorno à comunidade, ao mundo físico.” Nesse entendimento, a morte não apenas se associa à ancestralidade, mas também à esperança de reintegração à comunidade terrena. O suicídio, então, pode ser lido não como ruptura, mas como tentativa de reinscrição no ciclo de pertencimento rompido pela escravidão.

Ainda dentro da lógica do cosmograma bakongo, a Kalunga, linha horizontal que atravessa o círculo, ocupa um lugar de destaque. Representando o mar, ela atua como divisor entre o mundo dos vivos e o mundo dos ancestrais. Não se trata apenas de uma fronteira: a Kalunga é também princípio de transformação, reencaminhamento e fluxo. Por isso, separa as duas fases da existência terrena das duas fases do mundo espiritual. Acima dela está a vida física; abaixo, a dimensão ancestral.

⁵ TERREIRO DE GRIÔS: Os quatro ciclos do Dikenga. Disponível em: <https://terreirodegriôs.wordpress.com/2020/08/15/os-quatro-ciclos-do-dikenga/>. Acesso em: 13 jun. 2025.

Durante o processo de sequestro e tráfico de africanos para o Brasil, as travessias pelo oceano podiam ser compreendidas, dentro dessa cosmopercepção, como uma mudança de fase. Ao cruzarem o Atlântico, muitos teriam passado da etapa final do plano terreno para adentrar o estágio espiritual do ciclo. A Kalunga, enquanto mar e linha de travessia, expressa essa transição como um portal cheio de vitalidade e profundidade simbólica. Assim, a própria travessia imposta pela escravidão pode ter adquirido sentidos múltiplos — entre eles, o da passagem para uma outra dimensão da existência.

Kalunga, que também significa oceano, é um portal e uma parede entre esses dois mundos. Kalunga tornou-se também a ideia de imensidão que não se pode medir; uma saída e entrada, fonte de origem e vida, potencialidades, o princípio deus-da-mudança, a força que continuamente gera. Porque kalunga era a vida completa, tudo em contato com a Terra partilhou essa vida e tornou-se vida depois (Santana, 2019, p. 22).

A cosmovisão bantu também se apoia em uma concepção vitalista do universo, que reconhece a presença de uma força vital e contínua, que permeia todos os seres e elementos da criação. Essa concepção sustenta uma visão unitária do universo, onde tudo está em constante confluência e transformação. Como afirma Raul Altuna (2006), “o banto está radicalmente impossibilitado de formular o ‘nada absoluto’, a negação do ser. Não pode imaginar a não-existência. A sua concepção-afirmação da existência absoluta não lho permite.” (p.50) Assim, não há espaço para o vazio, para a ausência total ou para o fim definitivo do existir, a morte não é concebida como ruptura, mas como parte de uma cadeia contínua de transformação da vida. Complementando essa visão, afirma-se ainda que “os bantus contemplam a criação com um olhar unitário que vai se concretizando, depois, em diferentes níveis de existência.” (p.53). Porque existe uma única corrente vital, brota “uma unidade ontológica de todos os seres, uma comunhão universal, um dinamismo interno que se expressa sobretudo pela palavra e o movimento”. A existência, portanto, se realiza em camadas interligadas, em que a morte pode representar um ato de reinserção na totalidade existencial negada pela condição de cativeiro.

Considerações finais

Ao articular registros históricos da imprensa oitocentista com os fundamentos das cosmopercepções africanas, esta pesquisa buscou ir além do simples relato de casos de suicídio entre pessoas escravizadas no Brasil. Procurou-se compreender o que esses atos representaram em termos de experiência, sentimento e, sobretudo, significado. Nesse

exercício de consideração dos saberes africanos, emerge uma perspectiva que desloca a leitura do suicídio do campo exclusivo da dor e do desespero para o da agência. Compreender o suicídio como retorno ao fluxo vital interrompido pela escravidão é reconhecer uma afirmação de identidade que, mesmo sob repressão extrema, não deixou de ser vivida.

Dessa forma, os registros analisados ganham nova dimensão: deixam de ser necessariamente evidências da brutalidade do sistema escravista para se tornarem também testemunhos potentes de resistência. Reconhecer o suicídio nesse contexto é abrir espaço para a pluralidade dos modos de existir. É resgatar um Brasil profundo, tecido por percepções que a escravidão e a lógica interpretativa eurocêntrica não apenas tentaram silenciar, mas negar. Trata-se de retirar as pessoas escravizadas da posição de subjugação e da suposta passividade diante da ordem escravocrata, reconhecendo-as como sujeitos que lutaram por suas crenças, mesmo que incompreendidos.

Trazer novas possibilidades interpretativas é, portanto, um gesto de escuta histórica que, mais do que silenciadas, foram sistematicamente desconsideradas. Certos modos de apresentar os fatos não buscam apenas suprimir aquilo que já se conhece, por discordância ou incômodo, mas visam impedir que se conheça o diferente, distanciando ainda mais o resgate de riquezas culturais diversas, capazes de desafiar a centralidade do pensamento branco.

Referências

- ALTUNA, Raul Ruiz de Asúa. **A cultura tradicional banta**. São Paulo: Paulinas, 2006.
- BARBOSA, Marialva. Biografias improváveis: o si mesmo de um outro como imaginação historiadora. **Revista Brasileira de História da Mídia**. v.10, p. 27 - 47, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/12958>. Acesso em: 13 jun. 2025.
- BARBOSA, Marialva. Outros tempos: Tempo e cultura afrodiaspórica. In: REGO, Ana Regina (Org.). **Mídia e dimensões do tempo**. Teresina: EDUFPI, 2024. p. 19-50.
- BAUDRILLARD, Jean. **A troca simbólica e a morte**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. **Através das águas**: os bantu na formação do Brasil. São Paulo: Hucitec Editora, 2023.
- SANTOS, Tiganá Santana Neves. **A cosmologia africana dos Bantu-Kongo por Bunseki Fu-Kiau**: tradução negra, reflexões e diálogos a partir do Brasil. Biblioteca Digital da USP, São Paulo, 2019. p. 22. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8160/tde-30042019-193540/publico/2019_TiganaSantanaNevesSantos_VCorr.pdf. Acesso em: 13 jun. 2025.
- TERREIRO DE GRIÓS. **Os quatro ciclos do Dikenga**. Terreiro de Griós, 15 ago. 2020. Disponível em: <https://terreirodegriós.wordpress.com/2020/08/15/os-quatro-ciclos-do-dikenga/>. Acesso em: 13 jun. 2025.